

Começa negociação de um programa mínimo

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo do presidente da República em exercício, Itamar Franco, fará uma gestão conservadora na área econômica, pelo menos nos próximos três meses. Começa nesta segunda-feira, contudo, a negociação em torno de um programa mínimo de consenso com os partidos que apoiaram o "impeachment" do presidente Fernando Collor de Mello.

"Ninguém imagina ser possível gerir a economia complexa deste país com medidas unilaterais", adiantou o ministro da Economia, Fazenda e Administração, Gustavo Krause, cuja escolha inesperada foi feita por Itamar Franco na madrugada de sexta-feira.

Empenhados na construção de um acordo paraibir a inércia inflacionária, e avessos à idéia de "homens providenciais e soluções mágicas", tanto Krause quanto o ministro da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Paulo Haddad, compreendem a missão da equipe econômica, em particular, e do governo Itamar, em geral, com a tarefa básica de "implementar as medidas sinalizadoras do caminho da modernização", ao mesmo tempo que busca a estabilização.

"Trata-se de uma transição dentro da transição", resumiu Krause, que não aventa a hipótese de ter fora do processo de entendimento o PMDB e o PT, partidos que se esquivaram de participar do governo Itamar Franco, depois de aprovada a admissibilidade do "impeachment" do presidente Collor de Mello.

Temos de abortar o processo de aceleração da inflação, que mudou do patamar dos 20% para o de 25%", disse o ministro da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Paulo Haddad, que toma posse hoje. Os juros permanecerão elevados, não haverá mudanças na política cambial, e a política fiscal continuará austera. "Queremos gerar algumas salvaguardas através do entendimento. Talvez a prefiguração de preços não seja a forma mais adequada para construir esses acordos. Poderá haver uma solução específica para cada setor", adiantou Haddad, que na sexta-feira divulgou um documento com as linhas básicas do programa econômico do governo do pre-



Paulo Haddad

sidente em exercício, Itamar Franco.

Acordos envolvendo trabalhadores, governos e empresários não serão usados para reduzir abruptamente a inflação, mas apenas "desacelerá-la", disse Haddad a este jornal.

"Trata-se de uma provisão para acalmar as expectativas." Hoje mesmo começa a conversar com os presidentes dos partidos políticos. Ele espera que o fato de o PMDB e PT terem se esquivado de participar do governo não signifique negar apoio à gestão Itamar Franco, reforçou.

O ajuste fiscal de emergência, para atravessar o ano de 1993, a continuidade do programa de privatização e o respeito aos leilões já com datas marcadas, a manutenção da atual política salarial e o respeito aos acordos externos, são alguns dos pontos já definidos pela nova equipe econômica. Também nesta segunda-feira, Krause terá uma reunião com o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para tomar pé dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se for possível, haverá uma rápida retomada das negociações com o FMI.

Os principais pontos já definidos pelo novo presidente da República, em exercício, e com os quais Krause concorda, embora tendo sido pego por uma surpresa fulminante" para exercer o cargo de ministro da Economia — já que havia sido consultado para ser ministro do Interior — são:

• Privatização — Segundo Haddad, o programa será mantido com algumas alterações na composição de moedas. Ou seja, conforme a empresa que for privatizada, será exigido um "ícone de participação

de dinheiro novo. "Na Argentina, o programa de privatização gerou US\$ 9,5 bilhões até agora, sendo US\$ 2,5 bilhões de dinheiro vivo", salientou. Ele pretende introduzir essa exigência de dinheiro novo para aplicá-lo em programas sociais e de desenvolvimento científico-tecnológico. Para os setores estratégicos como o de energia, por exemplo, o governo submeterá a privatização a "uma audiência do Congresso Nacional". Com isso, eliminam-se tensões na área política a respeito do programa de privatização.

• Fundo Monetário — O FMI "é uma instituição sólida, com larga experiência e que analisa a vida do País todo dia. Se eu estiver correto, o Fundo está percebendo as mudanças de um governo corrupto para um governo ético, de um governo anárquico para um que busca eficiência". De um governo sem planejamento para um governo que associa o planejamento com a modernização". A partir dessa expectativa, Haddad acha que está criado um ambiente favorável para a retomada das negociações com o FMI. "A curíssimo prazo temos uma missão difícil, que é recompor o estrago que aconteceu neste país em função do governo Collor de Mello, tanto na área privada quanto no setor público. Foi uma desorganização das regras básicas do sistema

ma fiscal da política monetária, da própria moeda que foi aviltada", assinalou.

• Dívida externa — "O doutor Pedro Malan (negociador da dívida externa) fez um excelente trabalho na negociação plurianual da dívida, que será mantida. Todas as conquistas serão preservadas e contamos muito com a compreensão das instituições multilaterais sobre o que de fato aconteceu aqui", disse Haddad.

• Modernização e abertura comercial — O ministro da Economia e Fazenda enfatizou que as políticas nessa direção serão preservadas. "O presidente tem sensibilidade para os novos tempos, que se caracterizam por uma maior integração econômica e uma abertura comercial concedida da dimensão do Estado", garantiu que nenhuma medida será tomada por este governo que seja "imbuída da criatividade inútil e da originalidade desnessária".

• Política monetária versus dívida pública — Os juros continuarão elevados por algum tempo. Mas nenhuma medida parecida com "calote" na dívida pública será adotada. "Todas as tentativas de resolver esse problema do custo da dívida pública de maneira truculenta, fora de um processo negociado, geraram resultados efêmeros e problemas ainda maiores. Até

não gosto de utilizar a expressão 'moeda podre' no processo de privatização pois estariamos considerando que os títulos que foram emitidos pelo Estado eram um calote", ponderou Haddad.

• Retomada do crescimento — "O principal argumento que estamos desenvolvendo é o seguinte: os empresários querem a redução da taxa de juro. A sociedade está pedindo que o Estado volte a investir. Mas não podemos retomar o crescimento no momento em que a inflação se acelerou, mudando de patamar. Então, queremos construir algumas salvaguardas, por meio de entendimentos", reforçou o ministro do Planejamento.

• Dolarização — Ambos, Haddad e Krause, negaram enfaticamente qualquer providência mágica. Não haverá dolarização, congelamento ou qualquer medida imposta unilateralmente pelo governo. "Dolarização seria uma âncora contra a indexação, mas ela não é possível no Brasil, onde precisaríamos ter de US\$ 40 bilhões a US\$ 60 bilhões de reservas cambiais para fazer frente ao estoque de moeda ou quase-moeda", assinalou Haddad.

• Funcionalismo público — A máquina administrativa será mantida, organizada e incentivada. Os dois ministros não pretendem montar uma nova equipe

com assessores vindos de fora. Primeiro, vão checar os funcionários disponíveis. Uma burocracia estável e competente é base fundamental, "um ensaio para o parlamentarismo", como identificou o ministro da Economia e Fazenda, que é um adepto convicto do regime parlamentarista.

AS MEDIDAS EMERGENCIAIS

No comunicado à Nação que os dois ministros divulgaram na sexta-feira estão os pontos básicos para a gestão da política econômica para os próximos três meses. Além dos compromissos citados acima, o comunicado define providências, sobretudo na área fiscal, que serão adotadas de imediato. São elas:

• Serão reavaliados todos os projetos de despesas autorizados a partir de maio passado, quando começaram as denúncias de corrupção no governo do presidente afastado, Fernando Collor de Mello.

• Reprogramação dos cronogramas físicos e financeiros das obras e compromissos em andamento, além de uma reorganização do setor público federal, sobretudo no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que teriam sido usados como instrumento de distribuição de recursos para parlamentares antes da votação da admissibilidade do "impeachment".